

MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

“Apresentação do Dossiê – Espaço Plural”

Ao apresentar a temática para este dossiê, referente aos *movimentos sociais na América Latina*, a revista Espaço Plural projetou um espaço e lugar para refletir e dialogar sobre estudos de “casos” anteriores e atuais (do século XIX ao XXI), haja vista os novos cenários e os novos sujeitos que envolvem as lutas sociais em países latino-americanos, no Brasil e/ou no mundo, sejam elas no(s) campo(s) ou na(s) cidade(s), ou ainda na inter-relação entre ambos, num contexto onde os projetos conservadores neoliberais não possuem predomínio e o livre mercado não responde às dimensões dos modos de viver e dos saberes populares, tampouco representam um pensamento único, pois, como retomou Marshall Berman¹, tudo que é sólido desmancha no ar e, acrescentando algo a mais, tudo o que é consolidado o é por ser histórico e contingente às mudanças e às transformações, a partir da mesma condição, porém inversa ou a contrapelo, daquilo que permite sua afirmação enquanto ordem social (domínio ou hegemonia). Nesse sentido, a relação entre e em meio ao instituído e o instituinte, como expôs Pierre Bourdieu², há a práxis dos sujeitos que se envolvem com cada dimensão do fazer histórico, que vem a ser o próprio movimento na história.

Em meio ao início da segunda década do século XXI, especialmente num período posterior às comemorações do bicentenário das independências nas regiões de colonização espanhola, que registraram novas formas de reinventar tradições, no dizer de Hobsbawm e Ranger³, a reflexão sobre os movimentos sociais é oportuna, inclusive para demonstrar, como é o caso do artigo da Laís Olivato, que situa a diversidade e os conflitos que existiram na Nova Espanha durante a passagem da primeira década do séc. XIX.

Antes de tratar das contribuições que formam o dossiê e agradecer os autore(a)s, cabe destacar que a noção sobre *movimento social* foi problematizada e redimensionada, pois comumente entende-se por essa forma de ação social, a atuação de sujeitos coletivos identificados ou socioeconomicamente pertencentes aos grupos e classes populares, de trabalhadores no campo e na cidade, de novos sujeitos que entram em cena na política⁴, seja nas ruas, nos locais de moradia ou de trabalho, em partidos políticos institucionais ou em aparelhos privados de hegemonia construídos no âmbito da sociedade civil e que interagem com o conjunto da sociedade e dentro do Estado (sociedade política). Nesse sentido, a participação da Sonia Regina de Mendonça é provocativa, como o conjunto das suas pesquisas e abordagem histórica divulgada no Brasil. Ao tematizar o movimento e as organizações das classes dominantes do agronegócio, destacando os conflitos internos (intra-classe) e externos (contra outras classes), Sonia não desmancha o termo *movimento social*, apenas amplia, no sentido gramsciano, a visão acerca da necessidade da pesquisa sobre as formas de ação e de organização de outros sujeitos (interessados na ordem e de direita), independentemente de serem ou não *movimento* ou organização (empresarial), até porque a noção de aparelhos privados de hegemonia não limita ou delimita o que é ou o que não é uma ou outra coisa, mas, sim, qualifica as formas de ação coletiva e as estratégias de convencimento e de coerção que realizam, seja na ossatura do Estado ou para o conjunto da sociedade civil àquilo que entendem e querem identificar como projeto de nação e de civilização (cultura).

O caso da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, enquanto expressão da adesão popular e da capacidade de mobilização e simbologia nas manifestações (panelas e terços, medo do comunismo, etc.), para além da condição sociopolítica e ideológica dos dirigentes, que tinham clareza do que queriam e contra quem lutavam, pode servir de exemplo à revisão da noção/categoria do que é movimento social. Sem adentrar num labirinto conceitual sem fim e sem saída ou teorizar sobre o valor universal do conceito, o horizonte (caminho e orientação) está em algo bem mais simples, pois se trata de qualificar a indagação: que movimento social está em questão, quem é parte e quem participa do movimento (?).

Com relação ao Dossiê, neste número formam incluídos 5 artigos que tratam de experiências de movimentos sociais ou refletem sobre eles, sem focarem apenas para o aspecto da trajetória, dos caminhos e descaminhos, mas também sobre as representações (memória) e os sentidos que sujeitos construíam sobre si, os outros, o conjunto da sociedade (Estado, instituições, grupos e classes sociais) e a relação entre o presente e o passado.

¹BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. 12. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

²BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

³HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

⁴Cf: ARENDT, Hannah. **O que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

O Dossiê inicia com o artigo da Laís Olivato, intitulado *As dinâmicas simbólicas na construção do movimento de independência mexicana*. Resultado de uma pesquisa substancial e com o aporte de fontes dos sujeitos, Olivato recupera o movimento indígena e camponês-popular liderado por Hidalgo e de Morelos no México, destacando o período entre 1808/1810 até o assassinato de Morelos, em 1815. Longe de pretender associar o movimento com a independência criolla, Laís aborda o caráter indígena, camponês e minerador que os párocos lideraram, destacando a religiosidade popular (construída a partir de dois referenciais sobre o sagrado: o passado pré-hispânico mexicana e o cristianismo indígena), através da presença motivadora e mobilizadora que a Virgem de Guadalupe dava àquela coletividade, e da crítica à ordem conservadora colonial mantida na Nova Espanha por *guachupines* e *criollos* realistas. A autora também frisa a radicalização do movimento (fim da escravidão e dos tributos indígenas, recuperação das terras de ejidos, inicialmente católico e monarquista e depois independentista e combatido pelo alto clero, a exemplo da excomunhão de Hidalgo) e amplia o universo dos sujeitos. Sobre o último item, Olivato dialoga com as fontes históricas para demonstrar e abordar a importância do periodismo revolucionário independentista e a participação dos mediadores culturais no movimento, principalmente dos ilustrados (letrados) e padres. Para Laís, o movimento reunia indígenas, mineradores, religiosos e periodistas. A leitura dos ilustrados guadalupanos, presente no periodismo, apresentada ao movimento e à sociedade mexicana indicava elementos para construir uma identidade mexicana, porém dentro daquela luta social.

O segundo artigo *A hegemonia do agronegócio no Brasil: uma construção em disputa*, de autoria da Sonia Regina de Mendonça, conforme indicação anterior, trata daquilo que é possível chamar de movimento social de direita das classes dominantes rurais e sua ação para a consolidação da hegemonia do agronegócio como padrão de desenvolvimento e produção no campo. O enfoque que a autora fez sobre as disputas por supremacia e direção entre a União Democrática Rural (UDR) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) durante o período do governo Sarney, com destaque para as posição e condição de classe que os ruralistas e “cooperativistas” tinham diante do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) e a Constituinte demonstra as disputas intra-classe, mas também a ordem no campo (predomínio da grande propriedade, seja latifúndio ou agronegócio). Ao contextualizar o projeto cooperativista e a fraseologia rochdaleana, enquanto mito fundador e fachada das empresas privadas cooperativadas, passa pelas disputas intra-classes, mas finaliza com a crítica do novo sujeito dirigente e construtor da hegemonia do e no agro no país: a Associação Brasileira de Agrobusiness (ABAG). Teórica e metodologicamente, Sonia Mendonça não poderia deixar de mapear quem é quem e situar os principais dirigentes e sócios da ABAG no âmbito dos negócios, da sociedade civil e suas trajetórias no Estado. O novo no agro também se apresenta, pedagogicamente, como representativo do que é moderno no meio rural e ao país.

O terceiro artigo do dossiê, *A questão da terra no Vale do Paraíba: história de um assentamento do MST*, de autoria do Adir de Almeida Mota, trata de um estudo de caso sobre a luta pela terra que merece a atenção por dois aspectos: 1) o acampamento (ex-fazenda Santa Rita) e o assentamento Nova Esperança representam uma experiência de retorno à terra de pessoas que viviam na cidade, onde a relação urbano-rural ou a rururbanização / rurourbanização amplia a base social do MST para a conquista da terra. 2) A atuação de militantes da tendência *O Trabalho*, do Partido dos Trabalhadores (PT), de orientação trotskistas teve importância na construção do acampamento e no assentamento. Adir também trata da criminalização do MST e da impunidade durante o governo FHC, pois o assassinato de dois sem terra, Roberto Duarte de Oliveira e Jurandir dos Santos, ocorrido em 1998, permaneceu sem condenação dos mandantes e executores, fato que confirma a *tradição* e o *poder* dos senhores da terra e da guerra⁵ (violência privada praticada pelos fazendeiros).

O penúltimo artigo do dossiê, *A CUT, o “novo” sindicalismo e as reconstruções da memória do movimento operário brasileiro*, de Raphaela de Almeida Santos, trata de outra experiência de movimento social muito significativa na história do país, além do MST, principalmente em se tratando do período da década de 1970 e 1980. Todavia, o objeto de atenção da Raphaela trata da construção da memória que o movimento fez em meio à origem da nova central sindical, enquanto *novo sindicalismo*. A abordagem das representações que os líderes cutistas produziram sobre si e sobre o sindicalismo passado, *sindicalismo pelego* e de base populista, na perspectiva da análise da autora também foi parte das disputas no conjunto do movimento sindical (principalmente urbano), pois ao mesmo tempo em que afirmava o *novo*, criticava e desqualificava o *velho sindicalismo* de origem varguista, que tem semelhança com a crítica acadêmica e de petistas sobre o período histórico anterior (varguismo/populismo e ditadura). Ao analisar a própria trajetória da CUT no período seguinte, por sua vez, a autora também explicita o debate que havia dentro da CUT, com destaque para as diferenças entre a Articulação Sindical e a Tendência Socialista, duas tendências internas na CUT. A análise que Raphaela apresenta é oportuna para o dossiê, pois

⁵BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face da política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRRJ, 1997.

evidencia que na História as disputas pelas memórias fazem parte do cotidiano dos sujeitos envolvidos e entre os próprios historiadores.

O último artigo, *Trabalho e organização no Porto de Porto Alegre*, de autoria de Jairo Fleck Falcão, aborda aspectos do cotidiano dos trabalhadores portuários em Porto Alegre, com destaque para os estivadores e a força sindical da categoria. Ao contextualizar um período longo, o autor situa a própria condição dos trabalhadores portuários, os trabalhos e os trabalhadores, a solidariedade e companheirismo no Porto e fora do Porto, bem como os problemas que a crise do e no porto de Porto Alegre, as novas tecnologias e as mudanças no sistema de transporte (da navegação para o rodoviário) geraram nesse setor, pois desativaram o porto e os postos de trabalho. Ao produzir fontes orais com trabalhadores portuários, o autor também lidou com a produção de memórias sobre o passado e a condição das fontes orais à pesquisa e ao historiador. Nesse diálogo de (re)construção da memória e das trajetórias de vida, numa interação presente-passado e passado-presente⁶, temas do cotidiano passam a ser comum, inclusive pela própria origem e condição dos entrevistados, inclusive com relação ao sindicato da categoria.

Nesse número da revista Espaço Plural também foram incluídos 3 artigos livres e 1 resenha. Com o artigo *As ambiguidades de Virgem Maria na conquista da América: um estudo de caso sobre a Província Jesuítica do Paraguai do Século XVII*, de autoria de Paulo Rogério Melo de Oliveira, é possível dialogar com primeiro artigo do dossiê, da Laís Olivato, pelo menos com relação à imagem da Virgem Maria na província do Paraguai e no México, onde a Virgem de Guadalupe também esteve presente durante o período colonial e na própria mobilização dos guadalupanos. O autor também aborda a construção da imagem da Virgem de Guadalupe, mas, considerando que seu objeto, estudo de caso, foi a Província Jesuítica do Paraguai e a atuação dos jesuítas e dos Guarani nas reduções. Na abordagem sobre imagem da Virgem Maria Paulo Rogério trata da guaranização da referida imagem e da mediação cultural produzida na região do Prata Misionero. Nesse sentido, o autor enfatiza a condição e mesmo as diferenças que havia entre os Guarani no mundo colonial e nas missões. A referência à colonização do imaginário, de Serge Gruzinski⁷ e da mediação cultural atualiza as leituras sobre a diversidade e a alteridade sociocultural e as apropriações de elementos culturais do Outro.

O segundo artigo dessa parte da publicação intitulado *A boa imprensa, a política e a família: os discursos normatizantes no jornal O Apóstolo (1929-1959)*, de autoria da Ana Cláudia Ribas trata da atuação pedagógica que o jornal *O Apóstolo*, publicado pela Igreja Católica visava disciplinar o comportamento das mulheres (mente e corpo) para o papel que deveriam ter na família, antes e após o casamento. A Boa Imprensa, já à época, ocupava uma função estratégica para a formação moral e religiosa do seu público-leitor e fiel (católicos), constituindo-se num instrumento desse aparelho privado de hegemonia, a Igreja Católica orientada pelos cânones do Concílio Vaticano I.

O último artigo, intitulado *A mercantilização do corpo: mídia e capitalismo como principais agentes da promoção do consumo e do mercado*, de autoria de Lionês Araújo dos Santos e Juan Felipe Sánchez Mederos, constitui-se numa boa análise sobre o uso do corpo como referência de e para o mercado, entenda-se, à mercantilização. Para os autores, a força que a mídia tem não está somente nas inovações e invenções de novas necessidades de consumo, mas também em criar novos objetos de propaganda, a exemplo dos padrões estéticos do corpo, principalmente às mulheres, e seu uso como meio de propaganda, afinal a mercantilização e o mercado se apropriam ou reinventam moda e marcas, praticamente automeando o desejo de consumo com o próprio uso estético da marca, enquanto *status social*.

Por fim nesta edição a Revista Espaço Plural publica a resenha *O universo das trabalhadoras fabris em Curitiba (1940-1960)*, que trata da obra da Roseli T. Boschilia, *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*, publicada pela Artes&Textos (2010).

Tendo em vista a temática do dossiê, nesta edição foi incluída uma Sessão Especial “Documentos do Acervo do CEPEDAL sobre a Questão da Terra”, contendo a reprodução “fac-símile” de dois documentos que tratam da luta pela terra no Paraná, ambos referentes a depoimentos de membros da Comissão Pastoral da Terra do Paraná perante duas Comissões Parlamentar de Inquérito, uma da Câmara de Deputados e a outra da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Paulo José Koling
João Edmilson Fabrini
(Organizadores do Dossiê)

⁶CHESNEAUX. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

⁷GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol Século XVI-XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.